

**A. I. Nº** - 299131.1118/11-0  
**AUTUADO** - RECONFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA.  
**AUTUANTE** - LUIZ MORAES DE ALMEIDA JÚNIOR  
**ORIGEM** - INFAZ SANTO ANTÔNIO DE JESUS  
**INTERNET** 04.05.2012

**5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0120-05/12**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA À TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Comprovado que as mercadorias retornaram ao estabelecimento fornecedor em face do rompimento de lacre. Infração elidida. Negado o pedido de diligência. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 22/12/2011, exige multa por descumprimento de obrigação acessória no valor total de R\$ 14.718,14, em razão da entrada no estabelecimento de mercadoria sujeita a tributação sem o devido registro na escrita fiscal.

O autuado apresenta defesa, fls. 19 a 27, e relata que a empresa foi surpreendida quando da fiscalização ocorrida em seu estabelecimento, que abrangeu os exercícios de 2008 e de 2009, e que resultou na equivocada peça punitiva ora impugnada. Entendeu o auditor fiscal que a empresa deixou de registrar a Nota Fiscal nº 2923, emitida pela Bayer S/A, em relação à entrada de mercadorias em seu estabelecimento, no período de julho de 2008, mas as mercadorias não foram recebidas pela empresa, uma vez que existiam problemas com os lacres dos produtos, o que resultou em sua imediata devolução à fornecedora, como comprova a Nota Fiscal em anexo. Deste modo, as mercadorias não foram recebidas pelo autuado, mas retornaram à empresa fornecedora, e segundo o deficiente a esta caberia registrar a devida entrada/devolução das mercadorias, mediante a emissão da Nota Fiscal competente, providência esta que foge às atribuições da impugnante.

Pede a relevação da multa aplicada, e caso o entendimento seja pelo descumprimento de obrigação acessória, a multa poderá ser cancelada, por decorrência lógica, com fundamento no § 7º do art. 42 da Lei nº 7.014/96, tendo em vista que não houve dano ao erário, simulação ou má-fé.

Ademais, argumenta que a autuação ora combatida viola ainda o princípio do não confisco, art. 150, IV da C.Federal, vez que não se pode admitir que o Estado atente contra o patrimônio da impugnante, sem que este, efetivamente tenha dado causa.

Requer seja procedida revisão fiscal, para o fim de sanar quaisquer dúvidas porventura existentes, inclusive a produção de prova pericial.

O autuante presta a informação fiscal, fls. 39 a 40 e relata que, durante a auditoria, contactou diretamente com a empresa Bayer, inclusive por e-mail, cópia anexa, para solicitar que lhe fosse remetida a cópia da Nota Fiscal 2923, objeto da autuação, e em nenhum momento foi mencionado que a mesma havia sido devolvida.

A Nota Fiscal 2923, com data de 15/07/2008, fl. 13, contém uma assinatura comprovando o recebimento da mercadoria por funcionário da empresa Reconflex. Questiona como alguém pode dar ciência do recebimento de uma mercadoria, para depois proceder à conferência, desobedecendo uma rotina de segurança, em se tratando de produtos químicos, como é o caso. Somente deverá ser recebida depois que os lacres de segurança estejam inviolados e em perfeito estado. Ademais, o procedimento previsto no art. 661 do RICMS, para as devoluções de

mercadorias não foi seguido. Questiona onde está a Nota Fiscal de devolução que a Reconflex deveria emitir para dar trânsito no retorno da mercadoria para a Bayer. Sequer há uma declaração de devolução no verso da nota. Pede que a ação fiscal seja mantida.

## VOTO

Inicialmente, nego o pedido de diligência, haja vista que os elementos contidos nos autos são suficientes para a formação de meu juízo de valor, com relação à infração ora apreciada, nos termos do art. 147, I, “a” do RPAF/99.

Saliento que a multa sugerida pela fiscalização está prevista na Lei nº 7.014/96, portanto legal.

Na presente ação fiscal, foi constatada a falta de registro nos livros fiscal da Nota Fiscal nº 2923, emitida pela BAYER, em 15/07/2008, com destinação à empresa autuada.

Na peça defensiva, o sujeito passivo argumenta que teria devolvido as mercadorias, que sequer adentraram no estabelecimento, em virtude de estarem com os lacres avariados, e traz na sua peça de defesa a cópia da Nota Fiscal de entrada, de nº de formulário 000012, emitida pela Bayer S/A, fl. 28, e que traz a seguinte informação: “Nº 2923 de 15/07/08 devolvida pois seu lacre encontrava-se rompido”. Verifico que os valores dos produtos conferem com os valores apontados na Nota Fiscal 2923, objeto desta infração.

Desta forma, constato que o vendedor, em decorrência de a mercadoria remetida não ter sido aceita, emitiu Nota Fiscal, por ocasião da entrada, com menção dos dados identificativos do documento fiscal originário: número, série, data da emissão e valor da operação, documento que o defendente trouxe aos autos, e que comprova a regularidade da operação em comento.

Portanto, comprovado o retorno das mercadorias, não cabe a aplicação da multa ora exigida.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **299131.1118/11-0**, lavrado contra **RECONFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de abril de 2012.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR